



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PARECER JURÍDICO 04/2023

SOLICITANTE: ANDRÉ APARECIDO FERRUCI, COORDENADOR DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E COMPRAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ.

CONSULTORES: DANIEL DOUGLAS BADRE TEIXEIRA (OAB/MT Nº 8.888), TALITA ALESSANDRA MORI COIMBRA (OAB/MT N.º 14.194), FLAVIA FATIMA BATTISTETTI BALDO (OAB/MT N.º 13.145).

ASSUNTO: 1 TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2022, AQUISIÇÃO DE “LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE, INCLUSO A INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APLICATIVO DE TECNOLOGIA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO APP VOTEI”, A SER USADO PELOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ. EMPRESA ÁLVARO GUILHERME GROTH CNPJ Nº 23.644.525/0001-65.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS CONTÍNUOS. ART. 57, II, LEI 8666. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE COM RESSALVAS.

1- SÍNTESE

I. O presente parecer visa atender solicitação da Coordenadoria de Licitação, Contratos e Compras, CI nº 016/2023 CLCC de 26/01/2023 para realização de análise jurídica referente possibilidade do 1 termo aditivo ao contrato nº 001/2022, firmado com a empresa EMPRESA ÁLVARO GUILHERME GROTH CNPJ Nº 23.644.525/0001-65, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE “LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE, INCLUSO A INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APLICATIVO DE TECNOLOGIA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO APP VOTEI”, A SER USADO PELOS VEREADORES NAS SESSÕES PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, pelo período de até 12 (doze) meses, a partir de 02 DE FEVEREIRO DE 2023 A 01 DE FEVEREIRO DE 2024, ou até que se faça novo procedimento licitatório.



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

II. A empresa **ÁLVARO GUILHERME GROTH** CNPJ Nº **23.644.525/0001-65** demonstrou interesse na renovação contratual através de novo aditivo para prorrogação de prazo com reajuste de valor (índice de reajuste do IGPM) e manutenção das demais cláusulas (Fl.03).

III. Na cláusula 11.1 do contrato 01/2022 existe a previsão de que “os preços são fixos e irrealizáveis”. Contudo existe na cláusula 11.2 “e” existe a possibilidade de se conceder “os valores oficiais de referência”. Assim, o contrato 01/2022 possuía o valor mensal de \$1.200,00 (mil e duzentos reais) e houve o reajuste de 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento) correspondente ao IGPM (12 meses), passando o valor mensal para R\$ 1.265,40 (mil duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos).

IV. Desta forma, a pretensa contratação foi estimada em R\$ 1.265,40 (mil duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos) por mês, totalizando o valor de R\$ 15.184,80 (quinze mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) por ano (12 meses).

V. Foram anexados aos autos os seguintes documentos: cópia do contrato (fls. 05-13), certidões que atestam a regularidade fiscal da empresa junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal (fls 14-18), bem como, contrato social e documento do proprietário (fls. 19-29).

VI. Consta às fls. 30-32, cópias de contratações da empresa Alvaro Guilherme Groth com as Câmaras Municipais dos municípios de Campo Bom e Araricá (RS). À fl. 33 consta uma cópia do Radar TCE MT como parâmetro de comparação da contratação por outros órgãos públicos no Mato Grosso.

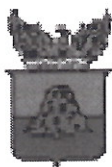
VII. Consta, ainda, a autorização do gestor (fls. 35) e minuta do termo aditivo (fls. 38-40).

VIII. A Secretaria de Gestão Orçamentária e Financeira afirmou a existência de recursos financeiros para o exercício de 2023, conforme CI 008/SGOF/2022 (fls. 37).

IX. É o escorço do necessário.

2 - PRELIMINARMENTE

X. Os pareceres se dividem em três espécies: **(a) facultativo**, situação na qual não há necessidade de se ter consulta jurídica; **(b) obrigatório**, ocasião em que é indispensável a emissão de posicionamento jurídico, entretanto, a autoridade administrativa não é obrigada a acatá-lo, e **(c) vinculante**, casos em que a lei estabelece a obrigação do administrador solicitar a opinião técnica e a ela ficar vinculado. Nesse sentido:



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

“Parecer é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência”.

Segundo Oswaldo de Aranha Bandeira Mello (2007:583), **o parecer pode ser facultativo, obrigatório e vinculante.**

O parecer é facultativo quando fica a critério da Administração solicitá-lo ou não, além de **não** ser **vinculante** para quem o solicitou. Se foi indicado como fundamento da decisão, passará a integrá-la, por corresponder à própria motivação do ato.

O parecer é obrigatório quando a lei o exige como pressuposto para a prática do ato final. **A obrigatoriedade diz respeito à solicitação do parecer (o que não lhe imprimir caráter vinculante).** (...) embora haja obrigatoriedade de ser emitido o parecer sob pena de ilegalidade do ato final, ele não perde o seu **caráter opinativo**. Mas a autoridade que não o acolher deverá motivar a sua decisão ou solicitar novo parecer, devendo lembrar que a atividade de consultoria jurídica é privativa de advogado, conforme artigo 1º, II, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906, de 4-7-94). (...)

O parecer é vinculante quando a Administração é obrigada a solicitá-lo e a acatar a sua conclusão. (...) neste caso, se a autoridade tiver dúvida ou não concordar com o parecer, deverá pedir novo parecer.

(...) Na realidade, o parecer contém a motivação do ato a ser praticado pela autoridade que o solicitou. (...) Não é por outra razão que o parecer isoladamente não produz qualquer efeito jurídico; em regra, ele é meramente opinativo.”¹

XI. *In casu*, o presente parecer é **obrigatório**, no entanto, sendo **meramente opinativo** e, portanto, possui **caráter não vinculante**, o que significa dizer que o Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá/MT, Vereador Francisco Carlos Amorim Silveira – Chico 2000, não é obrigado a acolhê-lo, cujo ato é de sua exclusiva competência por ocasião de conveniência, oportunidade e, sobretudo, possível divergência de entendimento.

3- MÉRITO

XII. O contrato de prestação de serviço de forma contínua caracteriza-se pela impossibilidade de sua interrupção ou suspensão, sob pena de acarretar prejuízos ou danos

¹MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETO – Direito Administrativo – 25ª Edição – Editora Atlas – págs. 237/238



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

insuperáveis. Assim, certos contratos, dada à necessidade de sua continuidade, podem ser prorrogados ou estendidos.

XIII. Desta forma, dispensam-se maiores formalidades para o aditivo em questão, bastando que seja demonstrada a sua necessidade, a existência de recursos orçamentários e a regularidade dos preços.

XIV. Quanto a minuta apresentada, entendemos que a mesma atende aos requisitos legais.

XV. Destarte, cingindo-se ao ponto de vista jurídico, conclui-se que é possível a celebração do presente termo aditivo.

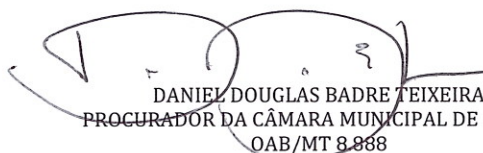
4- CONCLUSÃO


XVI. Preliminarmente, deve ser consignado que a Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Cuiabá, até por não dispor de conhecimento técnico sobre todos os assuntos relacionados aos objetos licitados nesta Casa de Leis, opina apenas quanto à legalidade da pretensa contratação. Cabendo as Secretarias e ao Gestor a análise quanto aos critérios quantitativos, qualitativos, conveniência e oportunidade da pretensa contratação.

XVII. Destarte, cingindo-se ao ponto de vista jurídico, conclui-se que é possível a celebração do presente termo aditivo com a empresa **ÁLVARO GUILHERME GROTH CNPJ Nº 23.644.525/0001-65**, para celebração do 1º termo aditivo ao contrato 01/2022, cujo objeto é **aquisição de “licença para uso de software, incluso a instalação, configuração, locação e manutenção de aplicativo de tecnologia de apoio ao processo legislativo APP VOTEI”, a ser usado pelos vereadores nas sessões parlamentares da Câmara Municipal de Cuiabá**, por um período de 12 meses.

XVIII. É o parecer, s.m.j.

Cuiabá/MT, em 30 de janeiro de 2023.


DANIEL DOUGLAS BADRE TEIXEIRA
PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
OAB/MT 8.888


TALITA ALESSANDRA MORI COIMBRA
PROCURADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
OAB/MT 14.194

FLAVIA FATIMA BATTISTETTI BALDO
PROCURADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
OAB/MT 13.145